



IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

Trilhando possibilidades afetivas de vivência lésbica frente às amarras da heterossexualidade compulsória

Louise Cardoso Cunha¹
Sonia Regina Vargas Mansano²

Resumo: O artigo se propõe a depreender as possibilidades de vivência afetiva lésbica diante da heterossexualidade compulsória. Para tanto, busca-se um diálogo entre os conceitos de heterossexualidade compulsória e sustentabilidade afetiva, com o auxílio da perspectiva histórica de Foucault acerca do dispositivo da sexualidade e da história do lesbianismo sob o olhar de Navarro. Adotando metodologia teórica e histórica, as análises elucidam as dificuldades de reconhecimento e os efeitos de silenciamento das relações lésbicas. Foi possível concluir que as resistências à heterossexualidade compulsória materializam-se pela crítica social, por ações micropolíticas cotidianas bem como pela expressão da diferença nos espaços sociais.

Palavras-chave: heterossexualidade compulsória; sustentabilidade afetiva; lesbianismo; resistência.

Abstract: The article proposes to reason the possibilities of lesbian affectivity up against the compulsory heterosexuality. For that purpose, a dialogue between the concepts of affective sustainability and compulsory heterosexuality was sought, relying on the use of Foucault's historic perspective on the dispositive of sexuality and the history of lesbianism under Navarro's overview. Using theoretical and historical methodology, the analyses elucidate difficulties regarding acknowledging lesbian relations and its silencing effects. It was possible to conclude that resisting to compulsory heterosexuality materializes through social criticism, daily micropolitical actions, as well as the expression of difference on social spaces.

Keywords: compulsory heterosexuality; affective sustainability; lesbianism; resistance.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do 5º ano de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, louise.cardoso@uel.br

² Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP, mansano@uel.br



A lesbianidade, embora seja uma prática comum na história humana, continua sendo pouco discutida e tematizada na sociedade atual. Existe certo consenso no discurso nos sistemas teóricos modernos de que “não existe semelhante coisa como a natureza, que tudo é cultura” (WITTIG, 1992, p. 3). Entretanto, no campo relacional, persiste a ideia de uma heterossexualidade dada e de caráter obrigatório. Rubin (2017) compreende a sexualidade como produto da atividade humana, que varia com o tempo e o lugar, fazendo variar os modos de relação com o corpo e com o outro.

Desse modo, a prática sexual é cercada por debates políticos, conflitos de interesse e desigualdades, mas também por práticas de resistência. Navarro (2000) afirma o significado social que o sexo e a sexualidade adquirem enquanto pontos estratégico de expansão do poder sobre os indivíduos. Nessa ótica, a sexualidade seria um “marco divisório cultural e as práticas que a compõe dependem do perfil social; homo ou heterossexualidade aparecem como práticas da experiência humana, e não sua natureza intrínseca” (p. 60).

Sensível a esse debate, a presente pesquisa teve por objetivo depreender as possibilidades múltiplas de vivência lésbica. O estudo foi organizado nas seguintes questões: como a sexualidade tornou-se um dispositivo de controle dos corpos? Como se consolidou historicamente a denominada heterossexualidade compulsória? Quais as possibilidades de romper com essa hegemonia a fim de colocar em circulação outros modos relacionais? É possível pensar em uma sustentabilidade afetiva em meio a essa tentativa de silenciamento da diferença?

Ao final desta trajetória argumentativa será possível perceber que, apesar de hegemônica, a heterossexualidade não é absoluta uma vez que práticas de resistência ganham espaços de expressão por meio da crítica social, por ações micropolíticas cotidianas bem como pela expressão da diferença nos diferentes espaços de convivência social.

2 DESENVOLVIMENTO

Dentre a multiplicidade de discursos sobre sexo e sexualidade, o convite de Foucault (2021) consiste em pensar a sexualidade fora do eixo das práticas meramente repressoras, senso esta compreendida como dispositivo histórico de controle. Por dispositivo Foucault (1998, p.244) assinala:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.



O dispositivo da sexualidade se instalou em torno e a partir do dispositivo de aliança, que prevaleceu até o século XVIII e, procurou definir os limites entre o permitido e o proibido, voltando-se para a reprodução e a homeostase do aparelho social. A superposição dos dispositivos se evidencia quando, no ocidente do século XVIII, fenômenos como natalidade e fecundidade, expectativa de vida, estados de saúde-doença e modos de vida passam a ser relevantes e adquirem novo valor para estratégias de governo (FOUCAULT, 2021). Os problemas econômicos e políticos gerados tiveram como cerne o sexo e a conduta sexual que foram tomados como objeto de análise e se tornaram alvo de intervenção. Foucault (2021) acrescenta:

é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas (p. 29).

O mesmo autor discorre sobre uma série de estratégias de governo e controle da vida que denomina biopolítica. Esta, colocando em ação normas de conduta, determina a produção de modos de existir para manutenção das relações de poder. Foucault (2021) delimita como poder “a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (p. 100). Sendo assim, é possível compreender as relações de poder como um jogo de forças sociais assimétricas, móveis, instáveis, produtivas.

Foucault (2021) deixa entrever a inexistência de uma estratégia universal referente às manifestações do sexo, de modo que a sexualidade adentra o corpo social demandando ampla vigilância sobre suas manifestações que é realizada por instituições distintas. Mais do que “afastar da realidade formas de sexualidade insubmissas à economia estrita de reprodução” (FOUCAULT, 2021, p. 40), busca-se reabsorver tais sexualidades no campo social. O autor coloca em análise quatro conjuntos estratégicos, cada qual com seus próprios dispositivos de saber e poder, que incidem sobre o sexo: histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso. Para o presente estudo, interessa destacar a psiquiatrização do poder perverso, de natureza reguladora, em que estão inclusos homossexuais e lésbicas.

Na virada entre os séculos XVIII e XIX, Foucault (2021) localiza o surgimento do homossexual para além de categoria psicológica, psiquiátrica e médica. Ele surge como espécie: a homossexualidade deixa de ser descrita em termos de práticas ou desejos sexuais e passa a ser caracterizada a partir de uma “qualidade de sensibilidade sexual, uma



certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino” (p. 48). Não se trata de exclusão e, sim, de especificação que a incorpora ao indivíduo (FOUCAULT, 2021). Esse movimento é necessário para a patologização das condutas homossexuais e excitação dos discursos corretivos que dela decorrem.

Uma vez que “o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo” (FOUCAULT, 2021, p. 114) são listadas, a partir de análises clínicas, as formas de anomalia que podem afetá-lo, patologizando condutas bem como desenvolvendo tecnologias de correção e normalização corroboradas pelo discurso científico (FOUCAULT, 2021). Tal discurso é frequentemente amparado em um suposto caráter antinatural da homossexualidade ainda hoje utilizado para fundamentar a incessante busca por curas e tratamentos a serem aplicados em sexualidades ditas desviantes. Para Navarro (2000), a atitude repressiva quanto às chamadas perversões divide o mundo entre normais e anormais, invertidos/desviantes, de modo que o “traçado de um caminho ‘correto’ passa a ser o viés da exclusão das manifestações múltiplas de afeto e/ou sexualidade” (p. 54). A institucionalização da heterossexualidade como natural, por sua vez, não é possível sem as psicopatologizações sexuais, marcadoras da diferença (NAVARRO, 2000). A pregação da cura e a eliminação da doença, a falha genética, a disfunção hormonal são avaliações advindas de uma leitura eugênica que anula as possibilidades de questionamento sobre práticas sexuais (NAVARRO, 2000). Tal impossibilidade, baseada em supostas verdades biológicas, reduz a afirmação da diferença ao que se diz ser natural ou antinatural e limita as trocas afetivas e relacionais.

De Lauretis (1987) entende que o processo de produção da sexualidade está ligado a construção sociocultural de um “sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (p. 212). Ela denomina tal sistema de sexo-gênero, ao qual são inerentes os fatores políticos e econômicos de cada sociedade. Não é possível tratar de sexualidade sem tratar do sistema sexo-gênero. Em respaldo, Navarro (2000) afirma que é a divisão binária do sistema sexo-gênero, que possui como critérios os referenciais biológicos, que instaura a heterossexualidade como norma e a homossexualidade como desvio. Assim, a divisão de corpos sexuais definidos em mulheres e homens serve para firmar discursos a partir de essências e destinos biológicos que ordenam práticas sexuais em torno da reprodução. Afirma Navarro (2004, n.p.):

A criação de uma diferença biológica e de comportamento é a responsável de uma diferença *política*, cerne da desigualdade social, quer se trate de sexo, sexualidade, etnia. Esta desigualdade instaura referentes em hierarquias e valores desenhando corpos, perfis ideais, cores, raças, estabelecendo exclusões, demarcando espaços, limites de ação e posição, mapeando e classificando o humano.



Nessa perspectiva, o destino biológico da mulher é a reprodução e a maternidade, o que faz da prática heterossexual a chave do poder disciplinar, havendo, então “um amálgama do sexo biológico, do papel social e da sexualidade potencial no quadro do ‘instinto sexual’ reprodutivo” (NAVARRO, 2000, p. 86). A heterossexualidade, portanto, é um dispositivo histórico que regula práticas e define papéis de gênero que se estabelecem a partir de uma referência genital, com correspondência exata entre sexo e gênero. Navarro argumenta que a esta se contrapõem o lesbianismo e a homossexualidade. Retomando o dispositivo de sexualidade de Foucault, Navarro (2012) o pensa como gerador do masculino:

[...] cujo sexo seria não apenas o epicentro da sexualidade humana, em torno da qual tudo o mais revolve, mas a própria expressão da sexualidade. Entenda-se esta última como heterossexualidade, enquanto norma, e sexualidades múltiplas como variáveis, mais ou menos visíveis, mais ou menos aceitáveis (p. 49).

Pelo dispositivo da sexualidade, o corpo da mulher é sexualizado como objeto e não como sujeito de ações. O feminino seria, portanto, de acordo com a autora (NAVARRO, 2012), moldado em termos de um dispositivo amoroso. Em consonância, Navarro (2012, n.p.) acrescenta:

O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem [...]. as conduz diretamente para uma heterossexualidade incontornável, coercitiva, sem equívocos, já que a procriação é sua recompensa. Mesmo se o prazer é raro ou ausente, é uma sexualidade sem questões, sem desvios, é assim, ponto.

Através da estimulação de práticas ligadas a busca da beleza e a estratégias de sedução, o dispositivo amoroso dirige as ações femininas em direção ao amor romântico ideal, de modo que a sexualidade pode ser considerada apenas acessória (NAVARRO, 2006) e essencial para a manutenção da heterossexualidade como norma. O pensamento heterossexual (WITTIG, 1992) implicaria, então, literal incapacidade de conceber uma sociedade em que a heterossexualidade não seja central e ordene as relações humanas e produção de conceitos. A heterossexualidade seria para a autora (WITTIG, 1992) o campo do discurso responsável por oprimir tanto homossexuais masculinos quanto lésbicas.

3 RESULTADOS

Os resultados que serão apresentados na sequência referem-se ao delineamento da chamada heterossexualidade compulsória e seus efeitos sobre a vida afetiva e relacional. Rich (2012) considera a heterossexualidade como uma instituição política de controle que retira ou minimiza o poder das mulheres. Seus estudos questionam porque a escolha feminina em manter relações com outras mulheres no trabalho, na família, no âmbito afetivo-



sexual, tem sido invalidada ou invisibilizada em detrimento da priorização de relações com homens, vistas como naturais. A maior identificação feminina com os homens, com os quais se relacionam em caráter prioritário, significa, segundo a autora (BARRY, apud RICH, 2012):

internalizar os valores do colonizador, e participar ativamente na realização da colonização do eu e de seu sexo [...] A identificação com os homens é o ato por meio do qual as mulheres colocam os homens acima das mulheres, inclusive de si mesmas, em credibilidade, status e importância na maioria das situações, desconsiderando a qualidade comparativa que as mulheres possam trazer para a situação [...] A interação com as mulheres é vista como uma forma menor de se relacionar em todos os níveis (p. 33).

Rich (2012) cita o casamento infantil, o uso do cinto de castidade, a idealização do amor romântico, a premissa do descontrole da pulsão sexual masculina e a invisibilidade lésbica como alguns exemplos da materialização do que chama de heterossexualidade compulsória. Em seus estudos, a heterossexualidade é reforçada sobre as mulheres como forma de manutenção do poder masculino, através da garantia de acesso aos corpos femininos por parte dos homens. Por conseguinte, a priorização de relações com homens e a identificação com eles, sob a forma de lealdade social, política e intelectual são implicadas na própria condição de ser mulher. Sua crítica, sobretudo, recai sobre a suposição natural de que há uma heterossexualidade inata. Sobre isso, ela acrescenta:

Mas, isso também se dá, em parte, porque ao reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma “preferência”, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual “de modo inato” (RICH, 2012, p. 35).

Corroborando com Rich, Navarro (2012) refere-se à heterossexualidade como instituição que exige processos de convencimento cultural, de modo que é no âmbito privado, doméstico e familiar que a posse do corpo feminino acaba sendo assegurada. Uma vez que o ser mulher é reduzido a uma função reprodutora, a categoria “cumpre esta função na relação heterossexual, que é, portanto, pedra fundamental do sistema de dominação das mulheres pelos homens e de sua exclusão sistemática do domínio ‘público’” (NAVARRO, 2012. p. 48). Torna-se, portanto, uma tarefa árdua pensar a heterossexualidade como algo natural, quando tantos convencimentos, esforços, diferentes estratégias de imposição são amplamente empregados para garantir que sequer seja possível, para grande parcela das mulheres, contemplar a existência de caminhos outros para sua vida afetiva e sexual. É nesse sentido que se torna possível afirmar que não há heterossexualidade que não seja compulsória.

Sendo a heterossexualidade o guia das manifestações de sexo, gênero e sexualidade, ficam à margem expressões relegadas à condição subalterna que, uma vez reveladas, ameaçam a ordem social vigente. Não somente à margem, o lesbianismo enquanto forma de relacionamento é invisível sob a parcialidade de olhos treinados para entender a heterossexualidade como universal. O apagamento da possibilidade de



existência de relacionamentos lésbicos é uma das maneiras pelas quais os vínculos entre mulheres são enfraquecidos e o acesso masculino aos corpos femininos é garantido (RICH, 2012). Apagamento que, segundo Rich (2012), é histórico e vai desde a destruição de registros, até a patologização dos ditos comportamentos desviantes, passando pela inclusão da lesbianidade como versão feminina da homossexualidade masculina. Como atenta Navarro (2021), ao contrário da homossexualidade masculina, banida e considerada crime no ocidente cristão, a homossexualidade feminina desaparece da ordem do discurso. Em suas palavras: “O que a História não diz não existiu” (p. 13).

Navarro (2000) faz um resgate histórico e demonstra que o apagamento lésbico é também resultado de um processo de apagamento das mulheres que se opõe às representações tidas como normais do feminino: registros de amazonas, guerreiras, lideranças femininas, frequentemente recaem sob o véu do mito. Da mesma forma, pouco se fala de formações históricas em que a organização religiosa se fazia em torno de deidades femininas, de cultos e adorações compostos apenas por mulheres. Tais cultos foram fortemente combatidos no ocidente ao longo da história por representarem ameaça política e resistência aos princípios de uma elite dominante (EHRENREICH, 2010). Se às mulheres é negada a posição de agente, de sujeito, a história de sua sexualidade só pode ser feita sob e através do olhar masculino. Chamadas de “sodomitas” pela Inquisição, pela ausência de palavra que as designassem, à lésbica, máxima da subversão do feminino, nega-se um nome, nega-se a existência (NAVARRO, 2001). Diz Navarro (2001):

A resposta é simples: no universo da hegemonia heterossexual, a desordem maior é o desinteresse das mulheres pelos homens. A lógica é: mulheres não podem ser guerreiras, logo, não existiram. As mulheres não podem ser homossexuais, não podem dispensar o masculino de suas vidas cotidianas. Logo, não podem existir (p. 24).

À exemplo de Safo, renegada ao esquecimento pela história oficial, que teve sua obra queimada e destruída em mais de uma ocasião (NAVARRO, 2001), a vida, obra e produção de incontáveis mulheres lésbicas são igualmente esquecidas ou, ainda, elas têm sua sexualidade omitida dos registros, o que traça um caminho de mão única da sexualidade e das relações. O pouco espaço histórico reservado às mulheres é ocupado por aquelas cujas vidas podem ser, de uma forma ou outra, vinculadas ao masculino e aos valores hegemônicos. Navarro (2000) fala das mulheres casadas com homens, mães, tradicionalmente femininas e que mantinham relações, por vezes duradouras, com outras mulheres. O limite de tolerância na rede patriarcal nesses casos é maior, pois estas relações não necessariamente ameaçam a ordem instituída, seja pela pouca importância dada à relação entre mulheres, seja pela categorização binária entre emoção e dever. Nesse sentido, tais mulheres e seus relacionamentos não estão à margem, mas são integrados à rede de laços familiares tradicionais (NAVARRO, 2000). A integração é, entretanto, frágil e



muitos são os registros das mulheres que foram internadas, condenadas, demitidas, expulsas do convívio familiar e até mesmo mortas. Pode-se recorrer novamente aqui a Inquisição, que entre 1591 e 1595, no Brasil, julgou 29 mulheres “sodomitas”, sendo 26 casadas (NAVARRO, 2000). De uma forma ou de outra, o silenciamento dessas vidas é premente.

Para a mulher lésbica que nega os papéis tradicionais de gênero, seu retrato, seja na história, na mídia ou na literatura, recai em estereótipos, eventualmente regressando à imagem feita de Safo: aquela que não sendo digna dos amores masculinos se volta a outras mulheres, que não resiste à rejeição masculina e está condenada à infelicidade (NAVARRO, 2001). Como dito por Rich (2012), “a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível” (p. 21).

Nos movimentos pela luta de direitos de minorias sociais o lesbianismo também é visto com maus olhos. Beauvoir (2009), que ilumina a chamada segunda onda do feminismo, faz um retrato do lesbianismo como refúgio à rejeição masculina, discorre a respeito da sexualidade lésbica como escolha pessoal existencial e a constrói tendo por referência o homem e as relações ditas normais. A autora retrata a sexualidade sáfica como fracasso de uma sexualidade normal, a heterossexualidade; seriam elas mulheres que falharam em atrair o olhar masculino. Lorde (2019) nos familiariza com a “farsa da separação” dos movimentos feministas, o impedimento de se tratar de assuntos que não seja experiência direta de quem fala, que apaga a existência de mulheres lésbicas. A palavra sororidade, segundo a autora, por vezes alimenta o mito de uma suposta homogeneidade de pautas que não existe, e a cortina do esquecimento recai sobre existências que não contemplem a mulher universal - branca, heterossexual, ocidental, burguesa. Na comunidade negra, Lorde (2019) fala da lésbica como ameaça à nação negra, “problema” importado das mulheres brancas, contribuindo para a fragmentação e enfraquecimento da comunidade. De acordo com ela, a existência da mulher negra lésbica, que não busca sua face nos olhos de um homem, é ameaçadora, de forma que a criação de uma hostilidade horizontal entre mulheres heterossexuais e lésbicas encobre opressões e está a serviço do patriarcado.

Vê-se que o silenciamento de vivências outras que não acatam o interesse pelo masculino serve ao fortalecimento da heterossexualidade compulsória e desemboca no sofrimento psíquico dessas mulheres. Rich (2012) discorre que a identificação entre mulheres é fonte de energia e poder feminino potencial. Assim, o menor valor dado às relações entre mulheres na heterossexualidade compulsória subtrai suas energias emocionais e eróticas. Há um empobrecimento desses modos de se relacionar. A



existência lésbica, como posto por Rich (2012), envolve essa ruptura com um modo compulsório de vida e um “ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência” (p. 36). Segundo a autora (RICH, 2012), a mentira da pressuposta heterossexualidade feminina coloca:

[...] um sem-número de mulheres aprisionadas psicologicamente, tentando ajustar a mente, o espírito e a sexualidade dentro de um roteiro prescrito, uma vez que elas não podem olhar para além do parâmetro do que é aceitável. Ela absorve a energia de tais mulheres e drena até mesmo a energia das lésbicas “no armário” – a energia exaurida em uma vida dupla. A lésbica que está presa “no armário”, a ideia que está aprisionada por ideias prescritivas do que é “normal” compartilha as dores das alternativas não alcançadas, das conexões rompidas, do acesso perdido à sua autodefinição de modo livre e poderosamente assumido (p. 41).

Em sua recusa ao masculino, lésbicas resistem ao controle social que determina a feminilidade, representando uma ameaça ao instituído. Lésbicas não seriam mulheres, afinal, tal qual elaborado por Wittig (1992), uma vez que a palavra mulher só tem significado em sistemas heterossexuais ou, de acordo com Navarro (2001), viveriam sempre à sombra da “verdadeira” mulher.

Quais as possibilidades do pensar a mulher lésbica e sua sexualidade no universo da heterossexualidade compulsória e da invisibilidade imposta? A negação da existência de uma sexualidade lésbica única, referida a um padrão, é o argumento de Navarro (2000) em sua recusa a compreender que a sexualidade lésbica em um crivo de identidade. Em suas palavras: “o lesbianismo não pode constituir uma identidade, já que esta denominação não é senão um conjunto de questões, de práticas diluídas no questionamento das categorias mulher e gênero” (p. 91). A tentativa de vislumbrar uma vivência lésbica como universal caminha ao lado da heterossexualidade compulsória, da estereotipia e do apagamento.

Uma vez estabelecido que não há uma única sexualidade lésbica, Navarro (2000) se propõe a pensar em termos de identidades nômades, posições múltiplas a serem ocupadas em determinado contexto social: “construção, móvel, fluida, nômade, transitória; uma identidade somente retrospectiva, que indica onde estivemos e não estamos mais [...]. Esta seria a identidade lesbiana, nômade, volátil, ‘sem lenço, sem documento’, na liberdade do desejo quando se faz presente” (p. 94).

O apagamento da existência lésbica e o enfraquecimento das relações entre mulheres presentes na heterossexualidade compulsória evidenciam uma impossibilidade de vivenciar de modo plural os afetos e os encontros. De acordo com Carvalho e Mansano (2016) as aceleradas mudanças valorativas das relações sociais na sociedade capitalista caminham em direção a um recolhimento, produzindo efeitos restritivos aos modos de vida que são dirigidos à mera sobrevivência. Além disso, a exclusão de modos de existência insubordinados ao capital provoca um distanciamento da própria vida multifacetada e um



enfraquecimento das relações com a natureza e entre os sujeitos (Carvalho & Mansano, 2016). Conforme os autores, as conexões que nossos corpos estabelecem com o mundo são efeitos da variação das potências experimentadas nos encontros. A este respeito, o afeto é compreendido como uma variação das potências do corpo seja na direção da composição (aumento da potência) ou da decomposição (diminuição da potência).

Os autores apresentam o conceito de sustentabilidade afetiva enquanto resposta à “tentativa contemporânea de excluir certas dimensões da existência que não se enquadram nos interesses de produtividade capitalista” (p. 710) e nas suas normalizações, tal qual a existência lésbica. Há, assim, uma dificuldade em “acolher e sustentar a variação afetiva dos corpos” (p. 706), fato que culmina em uma insustentabilidade afetiva. Resistir a uma heterossexualidade compulsória implica não somente a recusa de seus pressupostos, como a abertura para pensar modos de vida que sustentem relações díspares, incluindo dimensões políticas, relacionais, afetivas e sexuais. Trata-se de “sensibilizar o corpo e sua força vital para a experimentação dos encontros e das variações afetivas que eles colocam em curso” (Carvalho & Mansano, 2016, p. 710) acolhendo e sustentando as diferenças que se fazem presentes na vida em sociedade.

4 CONCLUSÕES

A invisibilidade lésbica como efeito da heterossexualidade compulsória atravessa séculos da história do ocidente e exemplos não faltam de como essa apurada ferramenta do patriarcado promove a desunião, enfrentamentos, preconceitos e desgastes psíquicos graves. Tal situação acaba silenciando, marginalizando, apagando dos registros e anulando modos de vida que se levantam contra a manutenção das estruturas de poder. A reivindicação pela emancipação dessas vozes sistematicamente silenciadas é parte do processo de desmantelamento do patriarcado cujas amarras são apropriadas pelo mesmo capital que cerceia a experimentação da multiplicidade dos afetos.

Diante tanto do crescente empobrecimento afetivo e relacional, rastros da sociedade capitalista, quanto da presença da heterossexualidade compulsória em nossa história, a pesquisa deu visibilidade a existência lésbica como possibilidade legítima e desejante de vida, considerando que sua negação ou apagamento colocam em curso uma insustentabilidade afetiva, sexual e relacional.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2º Edição. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2009.



CARVALHO, Paulo Roberto; MANSANO, Sonia Regina. Psicologia, Filosofia e meio ambiente: delineando o conceito de sustentabilidade afetiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 696-714, 2016.

DE LAURETIS, Teresa. **A Tecnologia do Gênero**. 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETIS%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf. Acesso em: 07 de mar. de 2022.

EHRENREICH, Barbara. **Dançando nas Ruas**: Uma História do Êxtase Coletivo. 1º Edição. Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Editora Record, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 11º Edição. Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Paz & Terra. 2021

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13º Edição. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1998.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. 1º Edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019.

NAVARRO, Tania Swain. Capítulos de livros. **Entre a vida e a morte, o sexo**. [2006]. Disponível em: <https://www.tanianavarrowswain.com.br/chapitres/bresil/entre%20a%20vida%20e%20a%20morte.htm>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

NAVARRO, Tania Swain. **O que é lesbianismo**. 1º Edição. São Paulo, SP: Brasiliense, 2000.

NAVARRO, Tania Swain. Capítulos de livros. **O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres**. 2004. Disponível em: <https://www.tanianavarrowswain.com.br/chapitres/bresil/normal%20abjeto.htm>. Acesso em 30 de out. de 2021

NAVARRO, Tania Swain. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano. **Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades**. v.4, n. 05. p. 46-56. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v.4, n. 05, p.17-44, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 07 de mar. de 2022.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. 1º Edição. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2017.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**. Boston: Beacon, 1992.